

**Governo do Estado de Pernambuco**  
**Secretaria Estadual de Cultura**

**27ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural.**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril de 2018, na Casa de Oliveira Lima, atual sede dos Conselhos Estaduais de Cultura, às 14h30, teve início a vigésima sétima reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC-PE. Presentes na reunião, conforme lista de presença, o(a)s seguintes conselheiro(a)s:

**Sociedade Civil (titulares):** Vânia Avelar de Albuquerque (Arquitetura e Urbanismo); Carolina Vergolino (Audiovisual); Marcelo Sena Oliveira (Dança); Masayoshi Matsumoto (Gastronomia); Newton Cordeiro Caivano (Música); Paula de Renor (Teatro); Tereza Luiza de França (Cultura Popular de Matriz Africana); Maria Elizabeth Santiago de Oliveira (Pontos de Cultura); Arary Marrocos Bezerros Pascoal (Agreste); Modesto Lopes de Barros (Sertão). **Sociedade Civil (suplentes):** Maria do Livramento Aguiar (Artesanato); Guilherme Laureano Coelho de Moura (Música); Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais); Fábio Rogério da Silva (Literatura). **Poder público (titulares):** Marcelino Granja de Menezes (Secretaria de Cultura de Pernambuco); Márcia Maria da Fonte Souto (FUNDARPE); Wedja Martins (Secretaria da Mulher); **Poder público (suplentes):** Silvana Lumachi Meireles (Secretaria de Cultura); Sandra Maria Pragano (Secretaria de Desenvolvimento Econômico). Na pauta do dia: 1. Eleições do Conselho Estadual de Política Cultural; 2. Plano Estadual de Cultura - próximos passos; 3. Pagamentos de cachês pela Empetur e 4. Lei Cultura Viva. Com a mesa composta pela Presidente do CEPC-PE, conselheira de Teatro, **Paula de Renor** e pela secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, teve início a sessão com os informes gerais. A suplente de Artesanato, **Maria do Livramento Aguiar**, fez a entrega aos membros da sociedade civil das bolsas artesanais, confeccionadas por ela com banners da Plenária Estadual Final da IV Conferência Estadual de Cultura (IV CEC-PE) e exemplares do livro MCP: História do Movimento de

Cultura Popular, de autoria de Germano Coelho, solicitado por ela ao Conselho Estadual de Educação (CEE). O conselheiro titular de Música, **Newton Cordeiro Caivano**, convidou os presentes para a 1ª Jornada de frevo, a ser realizada no dia 20 de abril de 2018, no Centro de Artes e Comunicação (CAC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da qual ele participaria como palestrante numa mesa- redonda. A conselheira titular de Pontos de Cultura, **Elizabeth Santiago** convidou os conselheiros para o Seminário CONEXÃO.PE que aconteceria entre os dias 20 e 22 de abril de 2018, em Serra Talhada, com mesas de debates, apresentações culturais, mostras e lançamento de livros, além de troca de informações sobre os pontos de cultura, sendo o evento a culminância de mais de 50 oficinas realizadas durante o mês de abril de 2018. O conselheiro titular do Sertão, **Modesto Lopes**, informou que entre os dias 25 a 29 de abril de 2018 aconteceria a 11ª edição da Mostra de Teatro de Serra Talhada com mais de 40 apresentações na programação. Na sequência, a Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, apresentou moção contra a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 293/DF, que visa retirar a exigência de diploma ou atestado sindical para registro de profissionais da área artística (DRT) na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Após a leitura, os conselheiros presentes aprovaram por unanimidade a moção proposta, que se encontra anexa a esta ata. A presidente acrescentou que a Deputada Federal, Luciana Santos, disponibilizara 3 passagens aéreas para levar representantes pernambucanos contrários à referida ADPF para o debate em Brasília. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, fez uma ressalva para que a assunto do DRT não se confundisse com a obrigatoriedade do pagamento de anuidade da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) para exercício da sua função, reivindicação antiga dos profissionais de música e objeto da ADPF 183/DF, com a qual está de acordo. Após as deliberações a respeito da ADPF 293/DF, a Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, fez a entrega formal à Presidente do CECPC-PE, **Paula de Renor**, de moção aprovada na Plenária Estadual Final da IV Conferência Estadual de Cultura que trata do apelo para a inclusão da seguinte nova ação estratégica: "Estruturar unidade de captação de recursos no sistema Secult/Fundarpe ampliando a captação de recursos federativos e organizações nacionais e internacionais e quaisquer outros que

possam fomentar a economia da cultura do estado no Plano Estadual de Cultura de Pernambuco.”. A moção foi lida e acatada por unanimidade pelos conselheiros presentes. A secretaria do CEPC-PE informou ainda que, em atendimento a uma outra moção aprovada durante a Plenária Estadual Final, a Secult-PE dera início ao processo de contratação da assessora de dança, Maria Paula Costa Rêgo, para compor o quadro da instituição. Em seguida foi franqueada a palavra à assessora de Design e Moda da Secult-PE, **Janaína Branco**, que fez um breve informe sobre o Centro da Moda de Pernambuco previsto para inaugurar em agosto de 2018; explicou que a Assessoria de Design e Moda da Secult-PE integrava a curadoria dos expositores do futuro equipamento cultural assim como um representante do CEPC-PE e solicitou a indicação de um conselheiro. Os conselheiros presentes indicaram a conselheira suplente de Design e Moda, **Maria Adélia Collier**, que não estava presente na reunião, deveria ser consultada posteriormente. **Janaína Branco** acrescentou que o Centro da Moda de Pernambuco era uma iniciativa da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper) e destacou a importância dele pela ausência de espaços similares no Estado. Solicitou o empenho de todo (a)s o (a)s presentes para a divulgação da iniciativa cuja programação encontra-se disponível no portal do Centro de Artesanato de Pernambuco. A presidente da FUNDARPE, **Márcia Souto**, complementou reforçando a inexistência de espaço exclusivo destinado aquele segmento cultural e que o Centro da Moda resultava de muitas reuniões com o Governo do Estado e com a AD Diper. A presidente acrescentou, por fim, que no Centro de Artesanato de Pernambuco funcionaria um espaço para comercialização de bebidas artesanais pernambucanas. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento Aguiar**, reiterou a importância do diálogo do artesanato com a moda e afirmou que houve um crescimento de cursos na área de moda, acarretando um aumento desse tipo de produção no Estado, e que o Marco da Moda Pernambucano supria uma lacuna importante da cadeia produtiva do setor. O conselheiro titular de Música, **Newton Caivano**, solicitou a palavra para sugerir uma nota de pesar pelo falecimento do Mestre de Maracatu Leão Coroado, Afonso Gomes de Aguiar (Mestre Afonso), sendo deliberado que a conselheira titular de Cultura Popular de Matriz Africana, **Tereza França**, escreveria a nota e a enviaria para o e-mail dos conselheiros para aprovação posterior. O conselheiro

titular de Dança, **Marcelo Sena**, solicitou esclarecimentos sobre a situação do Cinema São Luiz, que encontrava-se com as atividades interrompidas, obtendo a resposta da presidente da Fundarpe, **Márcia Souto**, de que houvera um problema na placa do projetor e que naquela mesma semana haveria uma vistoria para avaliar a possibilidade de reabertura do equipamento cultural e complementou informando sobre a necessidade de substituição do sistema de refrigeração daquela sala de exibição. A Conselheira titular dos Pontos de Cultura, **Elizabeth Santiago**, solicitou esclarecimento sobre a suspensão das atividades de formação no Festival de Inverno de Garanhuns (FIG) deste ano ao que a presidente da Fundarpe, **Márcia Souto**, justificou apontando a falta de público em algumas das oficinas e a ausência de diretrizes para as oficinas. De acordo com ela, até então, a programação de cursos era definida com base na oferta dos próprios “oficineiros”, por meio de edital e que a proposta dessa edição do Festival era a oferta a partir da identificação de demandas e de lacunas de cursos existentes; finalizou garantindo que haveria oficinas na grade de programação e afirmou que elas precisariam ser realizadas por contratação direta, já que seriam baseadas na demanda da população. Depois dos esclarecimentos, a presidente da Fundarpe convidou os conselheiros a fazerem sugestões de cursos no FIG, tendo sido pactuado um prazo para as indicações. Em seguida, a Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, colocou em votação as atas das 23<sup>a</sup> e 25<sup>a</sup> reuniões ordinárias e da reunião extraordinária de dezembro de 2017, aprovadas por unanimidade e sem destaques por parte dos conselheiros presentes. Dando início aos assuntos da pauta, o Chefe de Gabinete da Secult-PE, **Severino Pessoa**, iniciou a apresentação sobre as eleições para o segundo mandato do CEPC-PE ressaltando que tanto o calendário quanto a metodologia do processo eletivo já haviam sido discutidos em outras reuniões ordinárias, no entanto alguns ajustes precisaram ser feitos e apresentou o novo calendário dos fóruns específicos anteriores à plenária final, que deveria ocorrer até o dia 17 de junho, data delimitada pelo término do mandato dos atuais conselheiros. Informou que cada fórum só poderia ser iniciado com no mínimo 5 delegados presentes; que, de conformidade com o anteriormente deliberado, o número de candidatos eleitos em cada fórum deveria ser de até 5; que fora criado um quórum mínimo para início dos atividades dos fóruns específicos, e que foram feitas algumas alterações dos municípios sede da realização dos fóruns

em função do quantitativo de inscritos em cada Região de Desenvolvimento (RD). Franqueada a palavra aos conselheiros, não houve quaisquer destaques, sendo as alterações propostas aprovadas por unanimidade. Concluída a apresentação, o Vice-Presidente do CEPC-PE e conselheiro titular da Secult-PE, **Marcelino Granja**, deu início aos debates referentes ao segundo ponto de pauta, o Plano Estadual de Cultura, parabenizando primeiramente o empenho dos conselheiros na realização da IV Conferência Estadual de Cultura (IV CEC-PE) e destacando a importância da realização do evento no Estado, especialmente pelo momento político do país e também oportunidade de fomentar novos debates para a gestão cultural do Estado. Avaliou ainda que IV CEC-PE ocorreu num espírito de comunhão dos diferentes movimentos dos fazedores de cultura e do governo, em prol do desenvolvimento da cultura no estado. E lembrou que ainda restava uma última etapa para a conclusão do Plano, a sua validação pelo CEPC-PE; alertou para a necessidade de se criar mecanismos para tornar concreta a realização do PEC e propôs uma agenda de trabalho com duas frentes: uma equipe mista constituída por conselheiros e servidores da SECULT, sob a coordenação de **Silvana Meireles**, visando o aperfeiçoamento da redação do texto do PEC aprovado na plenária final da IV CEC, a ser apresentada, debatida e validada na próxima reunião ordinária do CEPC-PE e, posteriormente, anunciada numa solenidade oficial. A segunda frente seria constituída por uma equipe da Secult-PE com o objetivo de elaborar uma proposta de marco regulatório para institucionalizar as ações do PEC, apontando as ações que serão objeto de regulamentação em lei específica e as que poderiam ser definidas por decreto, a depender do conteúdo de cada uma delas. Propôs, dessa forma, que em junho fosse apresentada ao Conselho a lei geral do Sistema Estadual de Cultura e as sugestões de cerca de 9 a 10 ações a serem consolidadas por leis específicas, comprometendo-se a apresentar um esboço dessa proposta na próxima reunião ordinária e enviá-la com antecedência de 6 dias corridos. Finalizou esclarecendo que o debate da próxima reunião ainda não seria sobre o conteúdo das leis e decretos, mas, tão somente, para deliberar sobre os instrumentos adequados para cada ação a ser regulamentada. Concluído o pronunciamento do vice-presidente e acatadas pelos presentes suas sugestões, a Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, solicitou um prazo para os conselheiros analisarem o texto final do PEC antes de aprová-lo

na reunião ordinária do mês seguinte. A Secretaria do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, solicitou a palavra para informar que o texto aprovado na Plenária Estadual Final da IV CEC-PE fora encaminhado por e-mail para análise dos conselheiros há mais de 10 dias e sugeriu que a comissão de redação proposta pelo Secretário **Marcelino Granja** fosse composta pelos servidores Ellen Meireles (Assessora de Planejamento da Secult-PE e integrante da equipe de sistematização do PEC), Mário Jarbas (Assessor de Planejamento da Secult-PE e integrante da equipe de sistematização do PEC), além de dois representantes do CEPC-PE, e propôs uma reunião do grupo de revisão do PEC ainda naquela semana para garantir o envio do documento revisado até o dia 02 de maio de 2018 e o debate na reunião ordinária do mês de maio. A sugestão de criação de uma equipe de revisão foi aprovada e os representantes do CEPC-PE escolhidos para compô-la foram **Carolina Vergolino**, conselheira titular do Audiovisual, e o conselheiro suplente de Movimentos Sociais, **Jocimar Gonçalves**, sendo definido também que a análise e os ajustes relativos ao Eixo 1 do PEC (Patrimônio Cultural e Memória) seriam de responsabilidade do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC) em função das especificidades daquele eixo. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, solicitou esclarecimentos sobre os próximos passos antes do envio do PEC para a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), sendo informado pelo chefe de gabinete da Secult-PE, **Severino Pessoa**, que o projeto de lei antes de ser enviado à ALEPE pelo governador, seria submetido à Procuradoria Geral de Apoio do Estado e concluiu comunicando que a previsão de envio à ALEPE era até agosto de 2018. Na sequência a Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor** tratou sobre os atrasos nos pagamentos de cachês pela Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) informando que a empresa estatal enviara uma lista detalhando as pendências de pagamentos de cachê, no entanto, nem todas as respostas solicitadas pelo CEPC-PE foram respondidas e por aquele motivo sugeriu a elaboração de novo pedido de resposta aquela estatal, contendo as demais pendências: além da relação de débito, os critérios de preferência de pagamento e o planejamento de quitação de débitos e comprometeu-se a digitalizar a resposta oficial da empresa e encaminhar para os demais conselheiros. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, sugeriu que o pedido de resposta fosse

encaminhado ao Ministério Público (MP) de Olinda, uma vez que as informações públicas não foram disponibilizadas nos prazos estabelecidos. O Vice-Presidente do CEPC-PE **Marcelino Granja** ponderou que os quantitativos devidos não justificavam a provocação do Ministério Público. E a presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor** insistiu no envio do pedido ao MP por uma questão de respeito ao CEPC-PE pelas informações públicas não disponibilizadas pela EMPETUR e sugeriu que, concomitantemente, o Conselho enviasse um novo pedido de resposta à empresa de turismo. A presidente da FUNDARPE, **Márcia Souto**, relatou que participara da reunião entre conselheiros do CEPC-PE e o presidente da EMPETUR que, na ocasião, alegou dificuldades na organização das informações, o que poderia justificar a falta de algumas das informações solicitadas e propôs que o CEPC-PE encaminhasse um novo pedido de respostas à instituição, uma vez que as recebidas não foram satisfatórias. A conselheira de titular de Audiovisual, **Carolina Vergolino**, sugeriu, então, que uma nova solicitação das informações fosse encaminhada à EMPETUR, antes do se convocar o MP e o vice-presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja** complementou sugerindo que uma outra carta fosse elaborada cobrando a presença dos conselheiros representantes da EMPETUR nas reuniões no CEPC-PE. Com relação aos pagamentos dos cachês, ficou deliberado por unanimidade que a presidente do conselho, **Paula de Renor**, elaboraria novo pedido de informações, com destaque para a resposta insatisfatória dada anteriormente pela instituição. O último ponto de pauta da reunião, a Lei do Cultura Viva Pernambucana, objeto de debate de um Grupo de Trabalho (GT) instituído no âmbito do CEPC-PE e integrado por pelo(a)s servidore(a)s da Secult-PE **Edvaldo Júnior**(assessor da coordenação de projetos especiais), **Marcus Sanchez** ( gerente de projetos especiais)e **Terezinha de Jesus Carlos** (coordenadora de cultura popular da gerência de políticas culturais da Secult-PE) e dos conselheiro(a)s **Arary Marrocos** (titular do agreste), **Modesto Lopes** (titular do sertão do CEPC), **Cleonice Santos** ( suplente de Pontos de Cultura), **Tiago Delácio** ( titular do Conselho Consultivo do Audiovisual),, além do representante dos Patrimônios Vivos- Sociedade dos Bacamarteiros do Cabo, **Ivan Marinho**,e de **Joana D'arc**, do Ponto de Cultura de Poço Comprido, teve uma proposta apresentada pela conselheira titular dos Pontos de Cultura, e também integrante do GT, **Elizabeth Santiago**. Durante a apresentação, a conselheira,

destacou os principais pontos da minuta do projeto de lei, que se encontra anexa a esta ata, e informou que leis estaduais do Cultura Viva já foram aprovadas em alguns estados como Rio Grande do Sul e Bahia e finalizou ressaltando a importância da aprovação da lei em Pernambuco para que se tenha uma política estadual direcionada aos pontos de cultura. Na sequência foi aberta a sessão de debates com o pronunciamento de a conselheira titular de Cultura Popular de Matriz Africana, **Tereza França**, que parabenizou o trabalho do grupo e propôs a inclusão da minuta da Lei apresentada no conjunto de leis do Sistema Estadual de Cultura de Pernambuco, a ser apresentado pelo Secretário de Cultura, **Marcelino Granja**. A presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, colocou a minuta do projeto de lei Estadual do Cultura Viva, proposta pelo GT, em votação, sendo aprovada por unanimidade. O Vice-Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, informou que a minuta seria ajustada pelo gabinete da presidência da FUNDARPE e posta para avaliação do jurídico daquela instituição antes do envio à PGE, com previsão de tramitação na ALEPE no segundo semestre de 2018. Ao final da reunião, a presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, manifestou o interesse em solicitar uma audiência ao Governador Paulo Câmara com o objetivo de dialogar a respeito do programa de governo, em caso de uma eventual reeleição, ao que o Vice-Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, ponderou que a reunião não deveria acontecer com o candidato, uma vez que não fora aberto o período de registro de candidatura. Em substituição, sugeriu que fosse solicitada uma audiência com o Governador, logo após a próxima reunião ordinária do CEPC-PE, agendada para o dia 09 de maio de 2018, para pactuar a execução do Plano Estadual de Cultural, proposta acatada por unanimidade pelos conselheiros presentes.

Recife, 18 de abril de 2018.

*Silvana Lumachi Meireles*  
(Secretária do Conselho)

### **Sociedade Civil (titulares):**

Vânia Avelar de Albuquerque (Arquitetura e Urbanismo)

Carolina Vergolino (Audiovisual)

Marcelo Sena Oliveira (Dança)

Masayoshi Matsumoto (Gastronomia)

Newton Cordeiro Caivano (Música)

Paula de Renor (Teatro)

Tereza Luiza de França (Cultura Popular de Matriz Africana)

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira (Pontos de Cultura)

Arary Marrocos Bezerros Pascoal (Agreste)

Modesto Lopes de Barros (Sertão)

**Sociedade Civil (suplentes):**

Maria do Livramento Aguiar (Artesanato)

Guilherme Laureano Coelho de Moura (Música)

Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais)

Fábio Rogério da Silva (Literatura)

**Poder público (titulares):**

Marcelino Granja de Menezes (Secretaria de Cultura de Pernambuco)

Márcia Maria da Fonte Souto (FUNDARPE)

Wedja Martins (Secretaria da Mulher)

**Poder público (suplentes):**

Silvana Lumachi Meireles (Secretaria de Cultura)

Sandra Maria Pragano (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)